



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIV
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS – LICENCIATURA COM HABILITAÇÃO
EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS**

EDNA NASCIMENTO DE LIMA

**COGNITIVISMO E SOCIOCOGNITIVISMO: contribuições para o ensino
aprendizagem de leitura e escrita**

Conceição do Coité – BA

2018

EDNA NASCIMENTO DE LIMA

**COGNITIVISMO E SOCIOCOGNITIVISMO: contribuições para o ensino
aprendizagem de leitura e escrita**

Monografia apresentada ao curso Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas, do Departamento de Educação, Campus XIV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como parte do processo Avaliativo do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador: Prof.º Me. Moacir da Silva Côrtes Júnior

Conceição do Coité – BA

2018

EDNA NASCIMENTO DE LIMA

**COGNITIVISMO E SOCIOCognITIVISMO: contribuições para o ensino
aprendizagem de leitura e escrita**

Conceição do Coité, 03 de julho de 2018

Banca Examinadora:

Prof.^o Me. Moacir da Silva Côrtes Júnior
Universidade do Estado da Bahia - UNEB (Orientador)

Prof.^a Antonilma Castro
Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Convidado)

Prof.^o José Luis Bulção
Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Convidado)

**Dedico este trabalho a minha
mãe Dirlei, a minha avó
Joanita, a minha irmã Larissa
e ainda ao meu esposo
Ezequias.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus que me deu a permissão e a oportunidade de cursar uma universidade e de concluir este trabalho. Ele esteve presente nos momentos que eu mais precisei da sua ajuda.

Agradeço também a toda a minha família, porque todos contribuíram de alguma forma para que eu chegasse à conclusão deste curso. Tenho certeza que estavam ansiosos para me ver chegar ao fim desta jornada.

Agradeço grandemente ao meu orientador, professor Moacir Côrtes, pela sua contribuição em me fornecer material de leitura, por toda a paciência e dedicação que teve para a realização deste trabalho me atendendo, tirando minhas dúvidas e corrigindo meus erros.

Gostaria de agradecer também a todos os meus professores e aos meus colegas, pois juntos dividimos discussões e multiplicamos conhecimentos o que serviu significativamente para a produção deste trabalho.

A todos, muito obrigada.

RESUMO

Entendendo as línguas humanas como aspectos da cognição humana, bem como um construto cultural e coletivo, descreve-se aqui, brevemente, a estreita relação entre linguagem, cognição e interação social, as quais compõem a vida particular e social dos seres humanos. A interação entre as pessoas não ocorre apenas por meio dos relacionamentos realizados face a face, como num diálogo, mas também por intermédio dos diversos gêneros textuais que circulam em uma sociedade. O texto além ser uma materialização da linguagem é, também, uma das mais importantes formas de cognição social. Nesta pesquisa se pretende ter uma melhor compreensão dos fenômenos cognitivos, bem como os sociocognitivos, presentes nos processos de leitura e escrita de textos. De início é feito um estudo bibliográfico sobre o surgimento da ciência cognitiva apontando seus objetos de estudo, além de apresentar a relevância dos estudos sobre a linguagem dentro desse campo científico, dialogando com Chomsky (2009), Pinker (2002), entre outros. Percorre-se também pela a ciência sociocognitiva para compreender a linguagem enquanto um aspecto cognitivo que se constitui no contexto social, tendo como subsídio Koch (2005), Cunha-Lima (2005), dentre outros. Finalmente, é realizado um breve estudo sobre os processos cognitivos e sociocognitivos presentes nas práticas de leitura e escrita de textos na escola, assim como as contribuições dos estudos cognitivos e sociocognitivos para a formação do professor de línguas.

Palavras-chave: Linguagem. Cognição. Sociocognição. Leitura. Escrita.

ABSTRACT

Understanding human languages as aspects of human cognition, as well as a cultural and collective construct, briefly describes the close relationship between language, cognition and social interaction, which make up the private and social life of human beings. Interaction between people occurs not only through face-to-face relationships, as in a dialogue, but also through the various textual genres that circulate in a society. Text beyond being a materialization of language is also one of the most important forms of social cognition. In this research we intend to have a better understanding of the cognitive phenomena as well as the sociocognitive phenomena present in the processes of reading and writing texts. At the outset, a bibliographic study on the emergence of cognitive science was carried out, pointing out its objects of study, as well as presenting the relevance of language studies within this scientific field, in dialogue with Chomsky (2009) and Pinker (2002). We also turn to sociocognitive science to understand language as a cognitive aspect that is constituted in the social context, having as a subsidy, among others, Koch (2005) and Cunha-Lima (2005). Finally, a brief study is carried out on the cognitive and sociocognitive processes present in the reading and writing of texts, as well as the contributions of cognitive and sociocognitive studies to the formation of language teachers.

Keywords: Language. Cognition. Sociocognition. Reading. Writing.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2 UM BREVE PANORAMA DA CIÊNCIA COGNITIVA | 11 |
| 2.1 A VISÃO DA CIÊNCIA COGNITIVA CLÁSSICA | 13 |
| 2.2 A CIÊNCIA COGNITIVA E A LINGUAGEM HUMANA | 17 |
| 3 A CIÊNCIA SOCIOCOGNITIVA | 25 |
| 3.1 COMO A CIÊNCIA SOCIOCOGNITIVA EXPLICA A LINGUAGEM? | 27 |
| 4 O ENSINO APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA A PARTIR DOS ESTUDOS COGNITIVISTAS E SOCIOCOGNITIVISTAS | 32 |
| 4.1 OS PROCESSOS COGNITIVOS E SOCIOCOGNITIVOS PRESENTES NA LEITURA E NA ESCRITA DE TEXTOS | 33 |
| 4.2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ENSINO DE LÍNGUAS A PARTIR DOS ESTUDOS COGNITIVISTAS E SOCIOCOGNITIVISTAS | 37 |
| 5 CONCLUSÃO | 43 |
| REFERÊNCIAS | 45 |

1 INTRODUÇÃO

A relação entre linguagem e vida social não é uma questão nova, desde a antiguidade essa preocupação tem sido central na filosofia, essa relação tem recebido as mais variadas abordagens e respostas, e preocupado autores das mais variadas origens teóricas: filósofos, antropólogos, psicólogos, neurocientistas, cientistas da informação e, principalmente, os linguistas.

Entendendo as línguas humanas como aspecto da cognição humana, a linguagem tornou-se alvo da ciência cognitiva. Essa ciência tem os processos mentais e a mente como objeto de investigação, no que se refere ao estudo sobre a linguagem e interação. Na concepção cognitiva existem os processos de significação, dessa forma não há significados prontos, estes precisam de dados contextuais para se caracterizar. O sentido não constitui uma propriedade da linguagem, mas o resultado de uma ação conjunta.

Por muito tempo não houve diálogo entre a ciência cognitiva e as ciências sociais, mas para compreender os processos cognitivos relacionados à linguagem como processos que constituem e são constituídos pelas e nas práticas sociais, surgiu a uma nova ciência denominada sociocognitivismo. Para a ciência sociocognitiva a língua só pode ser compreendida quando vista em funcionamento e na interação, sendo necessário compreender o seu contexto mais imediato.

A interação entre indivíduos acontece face a face e também por intermédio dos diversos gêneros textuais que circulam em uma sociedade. Os textos, além de servirem à comunicação, são uma das principais fontes de conhecimento, de circulação e construção de conhecimentos partilhados, são também uma das mais importantes formas de cognição social.

Esta pesquisa trata de mais um estudo na área da linguística, tendo como objetivo entender melhor como se dão os processos cognitivos e sociocognitivos na linguagem e suas materializações, assim como na leitura e na escrita de textos na sala de aula, através do estudo bibliográfico, ela se desenvolve a partir dos estudos das teorias linguísticas relacionadas com as ciências cognitivas e sociocognitivas, com o intuito de compreender os processos de leitura e escrita de textos sob a ótica dessas ciências. Este trabalho apresenta as principais bases teóricas da ciência

cognitiva e sociocognitiva, bem como aponta a relevância dessas teorias para o estudo de leitura e escrita de textos.

No primeiro capítulo desta pesquisa, intitulado *A ciência cognitiva*, discute-se, primeiramente, sobre o advento dessa ciência apontando seus objetos de estudos e como surgiu sua preocupação com o estudo sobre a linguagem. Esse capítulo tem dois subtítulos, no primeiro, *A ciência cognitiva clássica*, há a descrição da história da ciência cognitiva clássica, além de apontar a distinção que ela faz entre cognição e vida social, no segundo subtítulo, *Ciência cognitiva e a linguagem*, aborda-se o estudo da linguagem dentro da ciência cognitiva, e sutilmente se apresentam os fenômenos cognitivos que ocorrem nos processos de linguagem.

No segundo capítulo, *A ciência sociocognitiva*, discute-se sobre a necessidade de se compreender os processos cognitivos relacionados à linguagem como processos que, ao mesmo tempo, constituem e são constituídos pelas e nas práticas sociais e culturais. Esse capítulo também enfoca estudos da ciência sociocognitiva apontando que essa ciência se fundamenta na perspectiva de que é preciso analisar a linguagem como ação conjunta e também passar a abordá-la como uma ação social, já que entender o funcionamento da linguagem exigiria observar essa língua em funcionamento e considerar o contexto imediato do seu uso.

No terceiro e último capítulo encontra-se o objetivo principal deste trabalho. Intitulado *O ensino aprendizagem da leitura e escrita a partir dos estudos cognitivistas e sociocognitivistas*, faz-se um estudo sobre as contribuições dos estudos cognitivista e sociocognitivistas para a análise dos processos de leitura e escrita de textos, assim como suas contribuições para o próprio ato de ler e escrever. Além de apresentar a relevância desses estudos para a formação de professor de línguas no âmbito do ensino de textos.

Abordados os capítulos, fez-se necessário destacar alguns subsídios teóricos que se votaram sobre o tema em discussão. Dentre os vários empregados na pesquisa, Noam Chomsky (2009), Ingedore Villaça Koch (2005), Maria Luiza Cunha-Lima (2005), Mário Eduardo Martelotta (2010), Roza Palomanes (2010), Steven Pinker (2002), José Marcelino Poersch (2001), Ana Carolina Sperança-Criscuolo (2014) foram basilares para a compreensão do estudo das ciências cognitiva e sociocognitiva e dos processos de leitura e escrita de textos.

Evidentemente diferentes enfoques e abordagens teóricas e práticas sobre esse tema são desenvolvidas, logo faz-se aqui apenas um recorte e uma escolha dos estudos relacionados, bem como é sabido de que a seleção de autores e abordagens teóricas não contempla todas as possibilidades de discussões sobre o tema, busca-se, portanto, oferecer mais um olhar que possa contribuir com os estudos e a formação dos futuros professores do curso de letras desta instituição.

2 UM BREVE PANORAMA DA CIÊNCIA COGNITIVA

Por estar entrelaçada com a experiência humana, a linguagem tornou-se alvo de estudos das Ciências Sociais desde o surgimento destas ciências. Na década de 50 as Ciências Sociais eram dominadas pelo behaviorismo, um modelo clássico segundo o qual a psique humana é moldada pelo ambiente cultural, dessa forma “a mente e seus estudos eram vistos como uma caixa preta, algo inacessível para o método científico” (KOCH e LIMA, 2005. p. 252).

A abordagem das ciências cognitivas surgiu como uma reação ao então dominante behaviorismo e, a partir da investigação da natureza do raciocínio lógico-matemático, essa nova ciência tem os processos mentais e a mente como objeto de investigação e o seu estudo tornou-se o objetivo fundamental para as pesquisas.

Há uns trinta e cinco anos nasceu uma nova ciência, agora denominada ‘ciência cognitiva’, que reúne ferramentas da psicologia, da ciência da computação, da linguística, filosofia e neurologia para explicar o funcionamento da inteligência humana (PINKER, 2002, p. 8).

Entendendo as línguas humanas como aspectos da cognição humana, no século 20, Noam Chomsky, precursor da escola linguística norte-americana: o gerativismo, apresenta uma tese na qual defende que a linguagem é inata ao ser humano, “é um sistema de conhecimento autônomo, depositado no cérebro dos indivíduos e constituído de uma série de princípios inatos referente à estrutura gramatical da língua” (MARTELOTTA, 2010.p. 177).

Ao exibir tais conceitos, Chomsky abriu caminho para aqueles que acreditam que a espécie humana é dotada de um “instinto para aprender, falar e compreender a linguagem” poderem estudar, levantar hipóteses e possivelmente comprová-las sobre essa nova visão da linguagem. Esses novos estudiosos contribuíram para o nascimento de uma nova ciência, a *ciência cognitiva* (PINKER, 2002, p. 8).

Partindo do pressuposto de que a capacidade de desenvolver a linguagem é inata ao homem, a ciência cognitiva desconsidera que a mesma seja apenas um artefato cultural, como assim era defendida pelas Ciências Sociais Clássicas. Assim sendo, pela visão cognitivista, a linguagem recebe uma nova definição, ela “é claramente uma peça da constituição biológica de nosso cérebro”, se desenvolve em

todas as crianças de forma espontânea e sem qualquer esforço consciente, e que todos os indivíduos passam pelos mesmos processos evolutivos ao desenvolvê-la (PINKER, 2002, p. 9).

Essa ciência nova contribui para se compreender certos fenômenos da linguagem que antes não era possível, uma vez que a linguagem não era analisada por si só. Para dar qualquer resposta a questionamentos e interrogações sobre a aquisição e funcionamento da linguagem, esta era correlacionada apenas aos meios sociais e culturais associados ao indivíduo. Na visão de Pinker (2002), ela é uma adaptação biológica para transmitir informação, dessa forma ela passa a ser estudada como um órgão, uma parte da herança biológica inata dos seres humanos.

Ao estudar a linguagem separada das relações sociais, pode-se dar maior ênfase aos processos cognitivos envolvidos na composição da linguagem, um sistema de grande riqueza e beleza. O ato de falar é tão natural ao ser humano que este não se dá conta dessa complexidade que é a linguagem.

O funcionamento da linguagem está tão distante de nossa consciência quanto os fundamentos lógicos da postura de ovos para a mosca. Nossos pensamentos saem de nossa boca com tanta naturalidade que muitas vezes nos constrangem, quando eludem nossos censores mentais. Quando entendemos as frases, o fluxo de palavras é transparente; entendemos o sentido de modo automático (PINKER, 2002, p. 13).

Esse funcionamento inconsciente da linguagem já aparece nas crianças logo nas primeiras manifestações linguísticas. Uma criança sem patologias adquire o conhecimento da linguagem com uma exposição curta aos meios sociais, e a partir de então o comportamento do aprendizado ocorre por meio da modificação de uma organização estrutural já em uso, ou seja, o que Chomsky chama de Gramática Universal, “as crianças têm de estar equipadas de modo inato com plano comum às gramáticas de todas as línguas, uma Gramática Universal”, um sistema de princípios e regras que são propriedades de todas as línguas humanas por necessidade biológica (PINKER, 2002, p. 15).

Ao compreender as regras que regem a gramática de seus pais, a criança, com o auxílio da Gramática Universal, consegue entender e formular novas frases de maneira espontânea e inédita já que

Cada frase que uma pessoa enuncia ou compreende é virtualmente uma nova combinação de palavras, que aparece pela primeira vez na história do universo [...] o cérebro deve conter uma receita ou programa que consegue construir um conjunto ilimitado de frases a partir de uma lista finita de palavras (PINKER, 2002, p. 14).

Para a ciência cognitiva, a linguagem é uma habilidade complexa e especializada, uma adaptação evolutiva podendo ser estudada como um órgão biológico, com estruturas inatas ao ser humano, as quais compõem o processo linguístico dando origem ao produto: língua.

2.1 A VISÃO DA CIÊNCIA COGNITIVA CLÁSSICA

Diferente da corrente behaviorista que não se preocupava a estudar os processos mentais, a ciência cognitiva passa a considerar a mente e seus processos como objeto de estudo. Questionamentos do tipo: como o conhecimento está representado na mente? Qual a origem dos nossos conhecimentos? Eles são inatos ou derivam da experiência? E a busca por respostas plausíveis é o que move e motiva os estudiosos da ciência cognitiva a adentrar em um campo desconhecido e incógnito, mesmo que assumindo um posto divergente aos estudos das ciências sociais (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005).

Como já dito, essa nova ciência surge a partir de 1950 como uma reação ao behaviorismo, diferencia-se deste por não considerar que a linguagem era fruto exclusivo de reações a estímulos, sem a menor observação aos estados mentais, intenções e vontades do ser humano. O cognitivismo trouxe outra visão ao campo de estudos da mente humana, por exemplo, introduzindo as investigações do raciocínio lógico-matemático, o uso do computador como ferramenta fundamental para desenvolver seus trabalhos de investigação. “Outra novidade das ciências cognitivas é que, para elas, o termo cognição vai recobrir um campo de investigação mais amplo” (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005. p. 253). Ao ampliar o termo cognição, passa a investigar não apenas as capacidades cognitivas nobres, mas também fenômenos simples na sua aparência, como o fato de podermos nos mover numa sala sem esbarrar nos objetos.

A ciência cognitiva influenciou as ciências humanas em várias áreas. No entanto, Koch e Cunha-Lima (2005) ressaltam que o diálogo entre a ciência cognitiva clássica e as ciências sociais não foi possível. Embora algumas capacidades cognitivas que interessavam a essa ciência tivessem uma dimensão social óbvia, como é o caso da linguagem, esses aspectos eram ignorados.

Adotar uma perspectiva cognitivista clássica, em determinadas situações, significou ignorar qualquer aspecto social da linguagem e da cognição de uma forma geral. Em relação à pergunta: Qual a relação entre cognição e vida social?, o cognitivista clássico responderia que, sem dúvida, existe uma relação, mas essa relação pode ser ignorada no estado atual da pesquisa porque ela não interfere na explicação de fenômenos no nível em que a investigação atual se encontra (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005. p. 253).

Segundo as autoras, apesar de ser inegável que a vida social exista, um cognitivista clássico acredita que pode continuar o seu trabalho sem considerar este fato como relevante para a construção da teoria. Eles se preocupam apenas com os aspectos internos, mentais, individuais, inatos e universais do processamento linguístico.

Para os fundadores da ciência moderna uma das mais importantes questões era saber como explicar de que modo as coisas do mundo vão parar dentro da nossa cabeça, e mais interessante ainda era saber como essas coisas “transformam-se em palavras com as quais se pode falar sobre o mundo” (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005. p. 258). As autoras explicam que um dos pressupostos dessa linha de raciocínio é a existência de uma fronteira nítida entre os processos internos, individuais e mentais de um lado, e as coisas do mundo, os fenômenos externos, do outro. Dessa forma têm-se duas substâncias completamente distintas, porém essa diferença põe um problema; explicar como a substância de uma natureza pode comunicar-se com substância de outra natureza, como a mente e o corpo podem estar relacionados.

A partir de tais especulações, os cognitivistas passaram a pensar a mente como um lugar especial, que está separada do corpo mesmo estando dentro dele. Então surgem inquietações sobre a forma pela qual os fenômenos externos podem ser representados na mente e manipulados. Koch e Cunha-Lima (2005) dizem que, para contemplar essa questão, foram levantadas algumas ‘respostas’, a primeira é

que temos uma imagem mental que representa as coisas do mundo na nossa cabeça, e a segunda, inspirada no método matemático e proposta por Descartes, afirma que as coisas do mundo são representadas internamente por símbolos que co-variam com ambiente, em função de determinados estímulos.

Segundo essa teoria, essa é a característica chave para concepção de mente dominante, a ideia de que a representação mental é um símbolo e as atividades mentais são operações sobre esses símbolos, “se os símbolos representam, de fato, a realidade tal como ela é, isto não é exatamente um problema para esse paradigma” (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005. p. 260). As autoras ressaltam que, para os cientistas do cognitivismo clássico, os símbolos representam sim a realidade, já que os organismos são capazes de reagir devidamente aos estímulos garantindo sua sobrevivência, o que contribui ainda mais para a separação entre mente e corpo, o relacionamento da mente com o corpo é só de recepção de dados e envio de estímulos.

Os cientistas cognitivistas clássicos dizem que um símbolo é um elemento estável e distinto, embasados na proposta matemática e com o desenvolvimento da formalização da Lógica, afirmam que “todo o pensamento do tipo matemático e lógico poderia ser formalizado, isto é descrito em símbolos” e assim, possibilitaria a construção de uma linguagem artificial livre de ambiguidade. Para essa teoria qualquer função que pudesse ser descrita por meio de uma formalização poderia ser executada por meio de uma máquina chamada máquina universal, essa máquina recebeu o nome de seu criador Alan Turing, ficando conhecida como *máquina de Turing* e mais tarde como computador (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005. p. 261).

Segundo as autoras, essa máquina provou que calcular é um ato mecânico, que pode ser realizado por qualquer sistema sem levar em conta sua forma material e o conteúdo dos símbolos, os cognitivistas clássicos então criaram a ideia de que era possível compreender a mente humana como um tipo de máquina de Turing, já que o entusiasmo da época levou a acreditar que ‘pensar é calcular’, que é uma atividade mecânica. Para esses cognitivistas,

a partir de uma descrição em símbolos ou palavras de todos os elementos envolvidos num fenômeno mental, seria possível a reprodução desse fenômeno. Para eles, então, a empreitada a que deviam se aplicar era a explicação do funcionamento mecânico da

mente, que abrisse ao método científico a investigação dessa fronteira até então intocada” (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005. p. 264).

Percebe-se que a tendência no interior das perspectivas cognitivistas clássicas era descrever todo o trabalho mental a partir de representações simbólicas do real. Koch e Cunha-Lima (2005) afirmam que o amadurecimento de tais ideias se deu graças a trabalhos de várias outras ciências que entraram em profunda relação junto com a ciência cognitiva para o desenvolvimento da cibernética, disciplinas como Psicologia, Neurociência, Ciência da informação e a Linguística contribuíram e foram influenciadas pelo projeto cognitivista.

As autoras resalvam que os cognitivistas pensavam que os neurônios poderiam ser caracterizados como um dispositivo *on/off*, e construíram um cérebro artificial: o computador. Várias foram as tentativas e modelos criados para atender aos objetivos dessa ciência, porém o modelo que mais se adequou foi o modelo serial (modelo adotado nos atuais computadores domésticos), o qual funciona a partir de um conjunto de regras que são executadas em série sobre uma memória de trabalho. Várias foram as ciências que adotaram esse modelo e participaram da criação da ciência cognitiva,

Uma delas foi a Linguística que, com o modelo gerativo transformacional proposto no final da década de 1950, parecia oferecer uma descrição cognitiva clássica bastante promissora de um dos aspectos mais importantes da cognição: as línguas humanas (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005. p. 266).

O tipo de tarefa que esses modelos linguísticos se propõem é o de especificar como o conhecimento linguístico está simbolizado na mente, além de investigar quais os símbolos envolvidos e quais as regras existentes.

O modelo serial foi considerado o mais importante por todo o cognitivismo, foi ele o responsável pelo fim da cibernética e pela implantação de uma nova era, a chamada inteligência artificial. Com o advento da inteligência artificial, os cognitivistas se mantiveram sustentados no pressuposto de que seria possível reproduzir a inteligência humana a partir da especificação e reprodução de cada uma de suas etapas em máquinas, dessa forma o computador foi feito a imagem e semelhança da mente humana que deveria ser capaz de reproduzir o

comportamento humano, executando as tarefas que são realizadas pelos humanos de forma independente.

Para se conseguir que uma máquina desempenhe uma determinada tarefa, [...] é preciso especificar a tarefa, estabelecer quais conhecimentos necessários para sua realização e como estes conhecimentos encontram-se codificados, representados no sistema; além disso, é preciso também especificar os passos e as sequências envolvidos. Se o sistema realiza a tarefa especificamente, então é provável que ele a esteja realizando de forma semelhante às pessoas (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005. p. 267).

Porém, a impossibilidade de formalizar alguns aspectos da cognição humana tornou-se a única ameaça visível para o projeto inteligência artificial, visto que, qualquer objeto possível de ser formalizado poderia ser explicado e executado pela inteligência artificial. Dessa forma, a maneira mais frequente de ataque e resistência à perspectiva cognitivista, ganhou mais força com a tentativa de mostrar que muitos dos processos cognitivos da mente humana não podem ser formalizados.

2.2 A CIÊNCIA COGNITIVA E A LINGUAGEM HUMANA

O domínio da linguagem pelos seres humanos é considerado por muitos cientistas a distinção entre esses e os animais, ou as máquinas. Para Noam Chomsky e o *Gerativismo*, escola linguística que se desenvolveu a partir de suas teorias, a linguagem é inata, é um aspecto biológico dos homens denominado faculdade cognitiva da linguagem, é um espelho da mente, um produto da inteligência humana que é criado de uma maneira nova em cada indivíduo. Chomsky (2009) explica que uma criança sem patologias adquire o conhecimento da linguagem com uma exposição curta aos meios sociais, dessa forma o “comportamento do aprendizado ocorre por meio da modificação de uma organização estrutural já em funcionamento” (CHOMSKY 2009, p. 16). Ou seja, a modificação dos princípios abstratos que governam a cognição humana se assim receberem estímulos externos.

Com essas modificações, Chomsky (2009) aponta que a faculdade da linguagem construirá uma gramática, e a pessoa passará a conhecer a língua pela

gramática gerada, a qual é utilizada na interação entre os falantes para compreender e ser compreendido ao fazer uso da língua. Essa gramática, denominada Gramática Universal (GU), será um sistema de princípios e regras que são propriedades de todas as línguas humanas por necessidade biológica, dessa forma, para que haja compreensão e entendimento no uso da língua esta deve estar baseada em propriedades da GU, pois o domínio da linguagem incorpora o princípio da dependência da estrutura.

A construção da Gramática Universal, segundo Chomsky, não se dá apenas pela operação da faculdade da linguagem. Ele aponta que:

Ao lado da faculdade da linguagem e interagindo com ela de forma mais íntima, está a faculdade da mente construtora daquilo que podemos chamar de 'compreensão do senso comum', um sistema de crenças, expectativas e conhecimento com relação à natureza e ao comportamento dos objetos (CHOMSKY, 2009, p. 39).

Assim como a faculdade da linguagem é inata aos homens, estando em sua natureza biológica, a capacidade de compreender o mundo e de identificar seu lugar nele também é um princípio inato ao ser humano, incluindo princípios que dizem respeito ao lugar e papel das pessoas em um mundo social, a interação, portanto, dessas duas faculdades cognitivas contribui para a formação da GU e o desenvolvimento das línguas humanas.

Um aspecto importante da teoria chomskiana está no princípio da *modularidade* da mente, segundo o qual a mente é composta por módulos ou partes, cada módulo é responsável por responder pela estrutura e desenvolvimento de uma forma de conhecimento, atuando individualmente, mas que se comunicam e assim constituindo a língua como um todo (MARTELOTTA, 2010).

Nesse sentido a linguagem é autônoma em relação a outros aspectos da cognição humana que tradicionalmente não são associados à linguagem. Para a Gerativa, a sintaxe é autônoma e constitui a essência da descrição linguística, “o nível sintático se caracteriza por ser independente aos outros níveis de estrutura gramatical, como o nível fonológico e o nível semântico” (MARTELOTTA, 2010.p. 178).

O cognitivista Steven Pinker, ao estudar como a mente cria a linguagem, diz que o ser humano é a única espécie dotada da capacidade de expressar, através de

sons produzidos pela boca, as ideias que permeiam a sua mente, bem como, ser capaz de fazer surgir novas ideias na mente de outro humano. Essa troca de ideias combinadas é o que se conhece como linguagem. A linguagem, e mais especificamente a língua falada, é o motor da comunicação humana e ela está tão interligada com seus usuários que já não se imagina a vida humana sem ela.

Pinker (2002), em seu livro ***O Instinto da Linguagem***, cria uma nova tese sobre a estreita relação entre a linguagem e o ser humano, igualmente a Chomsky, ele afirma que a linguagem não é um artefato cultural, ao contrário, é claramente uma peça da constituição biológica do cérebro humano. E continua a dizer que, a linguagem é uma habilidade complexa e especializada, que se manifesta sem que se perceba sua lógica subjacente, é a mesma em todos os indivíduos e que se difere das capacidades mais gerais de processamento de informações ou de comportamento inteligente.

Ele ressalva que, por esses motivos, alguns cognitivistas descrevem a linguagem como uma faculdade psicológica, um órgão mental, um sistema neural ou um módulo computacional, mas Pinker prefere o simples termo ‘instinto’.

Pensar a linguagem como instinto inverte a sabedoria popular, especialmente da forma como foi aceita nos cânones das ciências humanas e sociais. A linguagem não é uma invenção cultural [...]. Não é uma manifestação da capacidade geral de usar símbolos: [...] uma criança de três anos é um gênio gramatical, mas é bastante incompetente em termos de artes visuais (PINKER, 2002, p. 10).

Deve-se considerar a linguagem “como uma adaptação biológica para transmitir informação” (PINKER, 2002, p. 10), não como a inefável peculiaridade humana, nem como um artificioso formador de pensamentos. Pinker explica ainda que, do ponto de vista do cientista cognitivo, a complexidade da linguagem é parte da herança biológica inata, não é algo que os pais ensinam aos filhos ou algo que tenha de ser elaborado na escola.

Ainda adverte que um instinto da linguagem pode ser chocante para aqueles que pensam a linguagem como o auge da inteligência humana e que pensam os instintos como impulsos brutais. Quem possui um instinto não necessariamente agirá fatalmente ou autômato, “temos os mesmos instintos que os animais, e muitos além desses; nossa inteligência flexível provém da inter-relação entre muitos instintos divergentes” (PINKER, 2002, p. 12).

Para entendermos melhor a proposta teórica da chamada *linguística cognitiva*, é importante analisar alguns de seus princípios básicos. De início é necessário esclarecer que a crítica dos cognitivistas à tradição gerativista não se refere à tese do inatismo. Esses cientistas da língua concordam que os humanos possuem estruturas e habilidades inatas, bem como um instinto, que os capacitam a aprender e usar uma ou mais línguas. A crítica cognitivista recai sobre a proposta de que essas estruturas e habilidades são específicas da linguagem. “Segundo os cognitivistas a linguagem não constitui um componente autônomo da mente, ou seja, não é independente das outras faculdades mentais” (MARTELOTTA, 2010.p. 179). A proposta teórica dos cognitivistas afirma que é fundamental levar em consideração os processos de pensamento, ou seja, o conhecimento não linguístico, subjacente à utilização de estruturas linguísticas.

Outra crítica ao gerativismo está na hipótese da autonomia da sintaxe, os cognitivistas consideram incoerente o tratamento da estrutura gramatical como algo dissociado do significado bem como a separação da estrutura gramatical em módulos isolados. A visão integradora da linguagem proposta pelos cognitivistas se manifesta também na hipótese de que léxico, morfologia e sintaxe são uma espécie de *continuum* de unidades simbólicas para fins comunicativos.

Na concepção cognitiva, existem os *processos de significação*, dessa forma não há significados prontos, estes precisam de dados contextuais para se caracterizar. Martelotta (2010) explica que, segundo os cognitivistas, o sentido não constitui uma propriedade intrínseca da linguagem, mas o resultado de uma ação conjunta .

A linguística cognitiva sugere uma mudança dessa perspectiva no estudo da linguagem, em relação ao gerativismo, pois

colocando os usuários da língua no centro da construção do significado. [...] o falante não é visto como um mero manipulador de regras preestabelecidas, mas como um produtor de significado em situações comunicativas reais nas quais interage com interlocutores reais (MARTELOTTA, 2010.p. 181).

Segundo essa teoria, a gramática de uma língua constitui um conjunto de princípios dinâmicos que se associam às rotinas cognitivas as quais podem ser moduladas, mantidas e modificadas pelo uso, favorecendo a compreensão mútua.

Dessa forma, a significação é negociada pelos interlocutores, o que torna possível que os elementos linguísticos se adaptem às diferentes interações comunicativas.

São várias as abordagens cognitivistas, como por exemplo, a noção de *mente corporificada* segundo a qual mente e corpo não são entidades estanques, mas relacionam-se mutuamente, é central nesse paradigma, que está em oposição à tradição filosófica de mente como capacidade autônoma. Para os cognitivistas, a estrutura corporal é extremamente importante já que a percepção do mundo se dá através das nossas características físicas.

Todavia esses teóricos já haviam demandado o termo *descorporificada*, mas esse termo se refere à relação entre linguagem e sociedade ambas separadas nos estudos cognitivos. Ao postular que a mente não é separada do corpo, eles explicam que o pensamento é corporificado no sentido de que sua estrutura e sua organização estão diretamente associadas à estrutura do corpo, quanto à percepção e movimento no espaço.

Corroborando esse pensamento, Sperança-Crisuolo (2014) argumenta que a noção de *mente corporificada* está fortemente relacionada ao processo de *categorização*: um processo básico de qualquer espécie animal, resultante de sua interação com o ambiente, o que permite, a partir do estabelecimento de padrões, o reconhecimento do alimento, de seres semelhantes etc. No caso dos seres humanos, não somente as ações como também a linguagem refletem nossa interação com o mundo.

Para a Linguística Cognitiva, a língua é um instrumento para organizar, processar e transmitir informações. A partir da experiência concreta adquirida na interação com o ambiente, criam-se na mente padrões que permitem a estruturação de conceitos mais abstratos e complexos. (SPERANÇA-CRISCUOLO, 2014.p. 58).

Isso significa que se entende o tempo, que é uma noção mais abstrata, a partir de uma noção mais básica e concreta, que é a noção de espaço. O corpo é a existência mais básica do humano, é ele quem fornece as bases para os sistemas conceituais. Os cognitivistas explicam que os conceitos abstratos são inerentemente metafóricos, pois refletem movimentos concretos.

No que se refere à explicação sobre a organização do conhecimento, Martelotta e Palomanes (2010) enfatizam que os cognitivistas tomam os sentidos como *entidades conceituais*, e as palavras e estruturas da língua como recursos

para simbolizar a construção que o falante faz da vida cotidiana. Empregam ao processo de significação o sujeito e sua perspectiva na produção do discurso, já que os conceitos humanos associam-se à época, à cultura e às inclinações individuais caracterizadas no uso da linguagem.

Os elementos linguísticos possuem a função de garantir a perspectiva que o falante quer transmitir no ato comunicativo. Nesse sentido, os cognitivistas propõem, por exemplo, noções como 'ponto de vista', 'alinhamento de figura e fundo' e 'conhecimento de base em relação ao qual o conhecimento é compreendido' (MARTELOTTA, 2010.p. 183).

A noção de *ponto de vista* está relacionada com as diferentes possibilidades de o falante realizar mentalmente a cena, a noção de *alinhamento de figura e fundo* diz respeito à importância que se dá a um determinado elemento de uma cena, quando é apontada como primeiro ponto da atenção é a *figura*, e quando colocado em segundo ponto da atenção é o fundo. *Conhecimento de base em relação ao qual o conhecimento é compreendido* e referente ao conjunto de conhecimentos proveniente ao conceito, o conceito é compreendido como a parte de um todo e necessariamente ativa uma estrutura de conhecimentos subjacentes que pertence a algo mais amplo.

Juntamente com esses fenômenos, os autores descrevem o fenômeno *domínio conceituais*, que são espaços de referenciação ativados para ajudar a construir os significados. Esse fenômeno se divide em duas naturezas: os domínios estáveis e os domínios locais.

Domínios estáveis são conjuntos de conhecimentos armazenados na memória pessoal ou social, que se constituíram historicamente como uma herança da espécie humana, ou seja, é um conjunto de informações que o homem aprendeu a partilhar. É importante compreendermos que qualquer transmissão de informação implica trazer da memória esses conhecimentos (MARTELOTTA, 2010.p. 185).

Os *domínios estáveis* subdividem-se em três tipos. O primeiro tipo são os *modelos cognitivos idealizados* que dizem respeito às estruturas através das quais nosso conhecimento se organiza, "tem a importância fundamental para a cognição

humana no sentido de que aliviam a memória, organizando a imensa quantidade de informações adquiridas” (MARTELOTTA, 2010.p. 185).

O segundo tipo são as *molduras comunicativas*, essas se caracterizam por um conjunto de procedimentos que identificam um tipo de atividade social, atividades que implicam comportamentos estabelecidos para cada participante, as *molduras comunicativas* funcionam cognitivamente como instrumentos indispensáveis a construção dos significados. O terceiro tipo de *domínios estáveis* são os *esquemas genéricos* que se configuram em conceptuais de natureza mais ampla, pois são estruturas que organizam o pensamento e projeta-se nos usos diários da linguagem.

Já os domínios locais, que também recebem o nome de *espaços mentais*, “constituem em operadores de processamento cognitivo, ou seja, tem um caráter dinâmico e sequencial, já que são produzidos na medida em que falamos” (MARTELOTTA, 2010.p. 186), podendo se referir ao mundo real ou a mundos possíveis, apresentando elementos que podem ou não ter conexão direta com esses mundos. Os *espaços mentais (EMs)* estão estruturados internamente por domínios estáveis, o que significa que são elementos do conhecimento compartilhado entre os interlocutores em um determinado ponto do discurso.

A construção do sentido envolve: (a) a construção dos EMs e (b) o estabelecimento de mapeamentos entre eles. As conexões (mapeamentos) que se estabelecem entre os EMs são um tipo de projeção conceptual, assim como as metáforas conceptuais e as metonímias conceptuais, já que dependem da percepção humana, o que, inevitavelmente, envolve aspectos culturais e pragmáticos: a parte escolhida é a que, por algum motivo, se quer destacar, pois está associada à construção de um sentido pretendido (SPERANÇA-CRISCUOLO, 2014). Para os cientistas da língua, a construção do sentido se dar através do estabelecimento de conexões entre domínios cognitivos, essas conexões recebem o nome de *projeções*.

Há três tipos de projeções: *projeções de domínios conceptuais estruturados* ou MCIs, os quais se caracterizam por tomar a estrutura de um determinado domínio para falar de outro domínio, como é o caso das metáforas e alegorias; *projeções de funções pragmáticas* que projetam um domínio em outro, pois identificam elementos de um domínio através de sua contraparte em outro domínio, as metonímias agem

desse jeito; e a *projeção entre espaços mentais* que agem a partir do contexto discursivo e situacional e são os construtores de espaços mentais, criam um novo significado através da conexão entre diferentes espaços de referenciação.

As projeções são mais abrangentes e dinâmicas, visto que ocorrem na interação discursiva e podem ser mudados à medida que esta progride. Sperança-Crisuolo (2014) explica que

A língua é a expressão concreta (não total) de processos cognitivos abstratos que ocorrem na interação discursiva. Embora o sentido não seja totalmente codificado nas palavras e construções gramaticais, elas possuem potencial de significação e fornecem pistas para a construção do sentido (SPERANÇA-CRISCUOLO, 2014.p. 62).

Dessa forma é possível compreender a língua como um mecanismo que não carrega o sentido, mas guia o sentido visto que as palavras não são estabelecedoras, mas mediadoras do sentido. A língua reflete propriedades fundamentais da mente humana, as expressões linguísticas fornecem evidências de que a estrutura dos sistemas conceituais do pensamento se reflete nos padrões da linguagem.

Já a *mesclagem* é um enfoque cognitivista no qual se defende a ideia de que as relações associativas, as quais acontecem no processo de projeção, somente são possíveis pela existência prévia de outro processo cognitivo chamado *mesclagem*, este estabelece uma conexão entre diferentes domínios conceituais, ou seja, diferentes conjuntos de conhecimentos pré-linguísticos que são estruturados pelas experiências coletivas ou individuais (MARTELOTTA, 2010).

Dessa forma, entende-se que um enunciado ativa domínios conceituais sobre os sentidos que transmitem, dependendo do que são referidos, múltiplos domínios podem ser ativados, e as informações são transmitidas dessas estruturas cognitivas para a construção de novos significados.

De um modo geral, a proposta cognitiva leva em conta aspectos relacionados às restrições cognitivas que incluem a captação de dados da experiência, sua compreensão e seu armazenamento na memória, assim como a capacidade de organização, acesso, conexão, utilização e transmissão de dados que são acionados no momento do uso da linguagem.

3 A CIÊNCIA SOCIOCOGNITIVA

Como abordado no capítulo anterior, o advento das ciências cognitivas influenciou várias áreas das ciências humanas. No entanto, por muito tempo, não foi possível haver um diálogo entre essa nova ciência e as ciências sociais. Apesar de ser inegável que a vida social exista, um cognitivista clássico acreditava que poderia continuar fazendo o seu trabalho sem considerar esse fato como relevante para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Por outro lado, para os pesquisadores oriundos de tradições mais sociais, no geral, não há uma preocupação em estudar aspectos cognitivos, desconsiderando a hipótese de que fatores 'internos', biológicos ou individuais, desempenham papel relevante na explicação de como a língua funciona. Nesse contexto, a linguística assume, quando se trata da relação entre linguagem e sociedade, uma perspectiva que se pode chamar de *descorporificada*, isto é, uma perspectiva que considera a linguagem como separada da sociedade. (KOCH E CUNHA-LIMA, 2005. p.254).

Koch e Cunha-Lima (2005), em um estudo feito sobre a necessidade de a cognição ser abordada também em uma perspectiva social, explicam que:

Embora alguma das capacidades cognitivas que mais interessa aos cognitivistas clássicos tivessem uma dimensão social óbvia, como é evidente na questão da linguagem; e, por outro lado, embora a linguagem tivesse, também de maneira evidente, uma dimensão cognitiva, os aspectos sociais e cognitivos da linguagem foram colocados em lados opostos, numa disputa bastante acirrada. (KOCH e LIMA, 2005. p. 253).

A divisão que existe nos estudos da linguagem é basicamente a seguinte: os cognitivistas clássicos se preocupam com os aspectos internos, mentais, individuais, inatos e universais do processamento linguístico. Enquanto que os sociolinguistas, etnolinguistas, dentre outras correntes linguísticas sociais, irão se atentar aos aspectos externos, sociais e históricos da linguagem.

No entanto, desde o final da década de 1980, tem surgido um diálogo entre essas duas perspectivas, criando espaços favoráveis para o desenvolvimento de pesquisas que compreendem os fenômenos da linguagem como fenômenos capazes de oferecer modelos de construção de sentidos cognitivos plausíveis e, ao

mesmo tempo, como fenômenos que acontecem na vida social (KOCH E CUNHA-LIMA, 2005.p. 255).

Os proponentes desse diálogo são pesquisadores oriundos da ciência cognitivista clássica, que se achavam insatisfeitos com a concepção de mente adotada, bem como pesquisadores com formação predominante nas ciências sociais, que passaram a se preocupar com a dimensão cognitiva de seus modelos. Koch e Cunha-Lima (2005) explicam que, para os pesquisadores das duas origens, a linguagem é um tipo de ação conjunta, compreender a linguagem é entender como os falantes se coordenam para fazer alguma coisa juntos, utilizando simultaneamente recursos internos, individuais, cognitivos e recursos sociais.

Sendo assim, surge do interior da ciência cognitiva, a ciência sociocognitiva que tem seus estudos fundamentados na perspectiva de que não é possível estudar a mente de forma absolutamente separada do organismo em que se situa, e, tampouco, é possível separá-la do meio onde os processos acontecem. Koch e Cunha-Lima (2005) resalvam que, partindo desse viés de pesquisa, a principal questão a ser enfrentada pelos pesquisadores da ciência sociocognitiva, não é perguntar como a interação com o meio social pode influenciar os processos cognitivos, como se as duas fossem elementos estanques. A pergunta é: como a cognição se constitui na interação?

Tomando essa questão como ponto de partida, os estudos da ciência sociocognitiva tentam explicar como os fenômenos cognitivos são situados, e também que a sociedade e a cultura não são elementos que meramente se juntam aos processos cognitivos sem os constituírem, além de discutir sobre a necessidade de se compreender os processos cognitivos relacionados à linguagem como processos que, ao mesmo tempo, constituem e são constituídos pelas e nas práticas sociais e culturais. (KOCH E CUNHA-LIMA, 2005. p. 256).

Vale resaltar que as abordagens sociocognitivas dialogam com diversas áreas das ciências humanas, entre elas a psicologia, as psicólogas Maria Tereza Coutinho e Márcia Moreira em seu livro *Psicologia de educação* afirmam que:

Não existem, no indivíduo, propriedades biologicamente herdadas que determinem, por si só, o seu comportamento ou suas aptidões psíquicas. Isso porque nenhum traço de conduta existe inscrito *a priori* no cérebro. O que existe é uma aptidão da espécie para

formação de várias aptidões resultantes da relação indivíduo-meio (COUTINHO E MOREIRA, 2001.p. 45).

Essas autoras ainda explicam que na aprendizagem da linguagem, primeiro o bebê emite todos os sons da fala humana, desde os sons vibrantes do Francês até os monossílabos do chinês. E só a partir do convívio social e do amadurecimento das estruturas cerebrais responsáveis pela linguagem é que serão selecionados os sons relativos à língua falada pelo seu meio ambiente, sendo os demais esquecidos e abandonados.

3.1 COMO A CIÊNCIA SOCIOCOGNITIVA EXPLICA A LINGUAGEM?

Para o cognitivismo interessa explicar como os conhecimentos que um indivíduo possui estão estruturados na sua mente e como eles são acionados para resolver problemas postos pelo ambiente. Segundo essa visão o ambiente é uma fonte de informações para mente individual e a cultura é um conjunto de dados a serem apreendidos e armazenados individualmente.

Ao contrário, o sociocognitivismo vem desconstruir essa teoria e trazer outra visão sobre os processos cognitivos, principalmente a linguagem. Essa nova perspectiva de estudo se apoia no fato de que “existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade e não exclusivamente nos indivíduos” (KOCH e LIMA, 2005. p. 279), computações que são o resultado da interação de várias ações praticadas por indivíduos.

Partindo do pressuposto da interação, o sociocognitivismo propõe que, para explicar a linguagem, é necessário pensar situadamente o processo cognitivo, dessa forma, a língua deve ser entendida como um tipo de ação e, mais especificamente, como um tipo de ação conjunta. Nessa perspectiva, em cada evento linguístico, o ouvinte/leitor, assim como o falante/autor, tem o importante papel de estabelecer interpretações e sancionar o sentido.

Koch e Cunha-Lima (2005) explicam que, nos eventos linguísticos, os interactantes tomam como base para suas decisões um conjunto de conhecimentos e experiências comuns que balizam esse ato. Esses conhecimentos, denominados conhecimentos partilhados, é a base comum entre duas pessoas quaisquer, bem como os elementos do contexto. É essencial para que os falantes possam decidir

que tipo de informação deve ficar explícita ou implícita, quais fatos devem chamar a atenção, qual postura deve ser tomada em relação ao outro e quais gêneros textuais devem ser utilizados.

Dessa forma, na base da linguagem em atividade está a interação e o compartilhar de conhecimentos, os eventos linguísticos não são mais vistos como a reunião de vários atos individuais e independentes e sim como uma atividade que se faz com outros conjuntamente. As autoras explicam as ações conjuntas como ações que envolvem a coordenação de mais de um indivíduo para sua realização e se caracterizam pela existência de finalidades comuns. Elas ainda advertem que os interação para se dar a negociação da ação, usam uma série de pistas de contextualização: o local da ação, sinais corporais, olhares, posturas, expressões faciais e a verbalização.

As ações verbais são ações conjuntas, ou seja, usar a linguagem é sempre se engajar em alguma ação na qual a linguagem é o meio e o lugar onde a ação acontece necessariamente em coordenação com os outros. Essas ações, contudo, não são realizações autônomas de sujeitos livres e iguais. São ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. Os rituais, os gêneros e as formas verbais disponíveis não são em nada neutros quanto a este contexto social e histórico (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005. p. 253).

Definir a linguagem como ação conjunta não é suficiente, é preciso passar a abordá-la como uma ação social. Koch e Cunha-Lima (2005) advertem que entender o funcionamento da linguagem exigiria observar essa língua em funcionamento, como os falantes constroem sentido com ela, como se engajam em atividades usando a língua como forma de mediação, além de que é necessário considerar o contexto imediato do uso da língua e as relações desses usos linguísticos com as condições mais gerais de produção, tais como a visão de mundo e as práticas culturais e sociais do falante/ouvinte.

Essa perspectiva social da linguagem foi e ainda vem sendo abordada pela corrente linguística que ficou mais conhecida como funcionalista. Os funcionalistas concebem a linguagem como instrumento de interação social, “a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da

língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (CUNHA, 2010.p. 157).

O pensamento funcionalista se assemelha bastante ao sociocognitívismo, enquanto este adverte sobre a necessidade de a cognição ser abordada também em uma perspectiva social, principalmente no que se refere aos processamentos cognitivos referentes à linguagem, o funcionalismo tende a explicar a linguagem em termos do desenvolvimento das necessidades e habilidades comunicativas da criança na sociedade.

A criança é dotada de uma capacidade cognitiva rica que torna possível a aprendizagem da linguagem, assim como outros tipos de aprendizagem. É com base nos dados linguísticos a que é exposta em situação de interação com os membros da sua comunidade da fala que a criança constrói a gramática de sua língua (CUNHA, 2010.p. 158).

Angélica Furtado da Cunha (2010), ao escrever sobre a corrente Funcionalista, frisa uma importante característica do funcionalismo, a visão de que a linguagem não constitui um conhecimento específico, mas um conjunto complexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas integradas ao resto da psicologia humana. Assim, a visão funcionalista de cognição assume que a linguagem reflete processos gerais do pensamento que os indivíduos elaboram ao criarem significados, adaptando-os a diferentes situações de interação com outros indivíduos.

Seguindo essa linha de pensamento, chega-se a conclusão de que a língua só pode ser compreendida quando vista em funcionamento e na interação. Só assim são perceptíveis as várias formas de se fazer referência ao contexto e à situação, as formas pelas quais os falantes assinalam como pretendem que suas palavras sejam avaliadas e como elas marcam o tipo de relacionamento que mantêm com o que está sendo dito e com o interlocutor.

Ao se compreender a interação verbal dessa maneira, a ciência sociocognitiva dá uma ênfase maior no que diz respeito ao contexto mais imediato da interação verbal. Nos eventos reais de fala, o contexto é o intercâmbio entre um evento focal e um campo de ação no qual o evento se desenvolve. Esse campo de ação compreende diversas dimensões como a situação da enunciação, os recursos

extralinguísticos, os atos de fala ou textos produzidos, os conhecimentos de mundo compartilhados e a situação que ultrapassa o evento local (KOCH E CUNHA-LIMA, 2005. p. 288).

O evento focal é colocado no centro das atenções, ao passo que as outras dimensões permanecem disponíveis oferecendo um fundo que dá sentido ao evento focal, essas dimensões estão sempre em movimento e hora ou outra passam a ser o centro das atenções. Koch e Cunha-Lima (2005) abordam o conceito de *pistas contextuais*, e explicam que são pistas fornecidas pelo uso de determinadas formas linguísticas, ou de determinados registros, de certas escolhas lexicais, bem como a escolha de determinado gênero textual que é tido como fonte importante para estabelecer qual o enquadre relevante para um dado evento focal.

As evidências apontadas tornam claro que uma explicação apropriada do processo cognitivo não pode deixar de incluir o fato óbvio de que a atividade linguística, assim como as atividades cognitivas, em geral, acontecem em contextos reais de uso. Muitos autores, interessados em investigar o processamento cognitivo, vêm procurando integrar perspectivas contextuais ao tratamento da cognição humana. Nesse quadro, os estudos do texto ocupam um lugar central.

Esse interesse pelo nível textual possibilitou uma estreita relação entre a Linguística Textual e as ciências cognitivas. Assim a Linguística Textual passou a ter a necessidade de refletir sobre “fenômenos da memória, atenção, representação mental e processamento cognitivo em geral, precisando postular ou adotar um modelo de cognição que desse conta dos fenômenos encontrados na análise de texto” (KOCH E CUNHA-LIMA, 2005. p. 291). A linguística textual formulou que nenhum texto é, ou poderia ser completamente explícito, já que, os processos de produção e de compreensão de textos dependem de informações que são apenas sugeridas e que devem ser mobilizadas pelo ouvinte/leitor para que consiga estabelecer adequadamente o sentido global do texto.

Compreender um texto depende sempre de uma parcela de conhecimentos compartilhados, porém, os textos não apenas mobilizam e ativam conhecimentos, mas também os constroem e os modificam ao longo dos processos interacionais.

Textos também são fontes fundamentais para a circulação e construção de conhecimentos compartilhados entre indivíduos, sendo uma das mais importantes e centrais formas de cognição social e de

organização dos conhecimentos de uma dada cultura. Dado isso, é natural que os estudos de um texto tenham um papel central na encruzilhada onde se encontram preocupações com a cognição e com a vida social (KOCH E CUNHA-LIMA, 2005. p. 294).

Os sociocognitivistas procuram compreender como os diversos referentes se relacionam com os modelos cognitivos idealizados, de forma a servir como um meio de construção partilhada de conhecimentos, sendo assim, referentes ou referenciação, para os sociocognitivistas, é uma atividade na qual os falantes se engajam para construir a referência.

O sentido é necessariamente situado histórica e socialmente, dessa forma, em todos os níveis de linguagem existe uma negociação entre os interactantes para o estabelecimento desse sentido. Diante disso, pode-se chegar à conclusão de que os sentidos se constituem simultaneamente dentro e fora das mentes.

O sociocognitivismo é uma ciência que reúne pesquisadores de diferentes áreas, Koch e Cunha-Lima (2005) explicam que, embora não exista um programa definido no qual envolva todas as linhas de pesquisa, pode-se chegar à conclusão de que há uma agenda ascendente comum que incorpora, como pressuposto básico, a necessidade de desenvolver um modelo de cognição que seja socialmente constituído e também de investigar as maneiras pelas quais a sociedade dá forma à cognição.

4 O ENSINO APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA A PARTIR DOS ESTUDOS COGNITIVISTAS E SOCIOCOCGNITIVISTAS

A interação entre as pessoas não ocorre apenas por meio dos relacionamentos realizados face a face, como num diálogo com a utilização da fala, de sinais ou gestos, mas também por intermédio dos diversos gêneros textuais que circulam em uma sociedade. A linguagem escrita, então, constitui-se como um importante instrumento de mediação entre locutor e interlocutor, uma vez que serve para transmitir uma mensagem entre ambos.

Além disso, os textos são uma das principais fontes de conhecimento, eles não apenas mobilizam e ativam conhecimentos, mas também os constroem e os modificam ao longo dos processos interacionais. Como afirmam Koch e Cunha-Lima (2005):

Textos são fontes óbvias para a construção das representações mentais na memória dos indivíduos, assim como de conhecimentos que circulam socialmente, participando ativamente das categorizações sociais, da criação, circulação e manutenção de estereótipos e das diversas visões de mundo encontráveis numa sociedade (p. 294).

Um texto tem a atribuição da “imagem” de quem fala, por estar mergulhado em um contexto social e histórico onde é desenvolvido, um texto reproduz as ideologias e leituras do indivíduo sobre um determinado fato. Dessa forma, o texto é uma fonte fundamental para a circulação e construção de conhecimentos partilhados entre indivíduos já que é uma das mais importantes formas de cognição social.

Sendo assim, os processos de construção e compreensão de textos dependem muito de informações que são apenas sugeridas no/pelo texto e que devem ser mobiliados pelo escritor/leitor para que consiga estabelecer adequadamente o sentido global do texto, essas informações podem ser definidas como o emprego de conhecimentos prévios e de várias estratégias interpretativas.

Isso acontece porque, como advertem Koch e Cunha-Lima (2005), o sentido do texto não é apurado numa atividade de cálculo com regras rígidas, o sentido é necessariamente situado histórica e socialmente, além de que existe uma negociação entre os interactantes para o estabelecimento desse sentido.

Nessa perspectiva, esse capítulo traz um estudo sobre as contribuições dos estudos cognitivista e sociocognitivistas para a análise dos processos de leitura e escrita de textos, assim como suas contribuições para o próprio ato de ler e escrever. Além de apresentar a relevância desses estudos para a formação de professor de línguas no âmbito do ensino de textos.

4.1 OS PROCESSOS COGNITIVOS E SOCIOCÓGNITIVOS PRESENTES NA LEITURA E NA ESCRITA DE TEXTOS

Para compreender melhor os processos cognitivos e sociocognitivos envolvidos na leitura e na escrita de texto é necessário se atentar que os textos, sejam eles falados ou escritos, são atividades linguísticas e constituem-se como verdadeiras unidades de análise da língua.

Sobre a linguagem, vale resaltar que ela não traz os objetos do mundo para dentro do discurso e sim trata esses objetos de diversas maneiras a fim de atender aos propósitos comunicativos, dessa forma têm-se os objetos de discursos. Sobre os objetos de discursos é possível dizer que são construtos culturais, representações constantemente alimentadas pelas atividades linguísticas surgidas pelas práticas individuais e sociais.

Entendendo o conhecimento linguístico como todo conhecimento acerca da linguagem, é feita uma análise do aprendizado e uso da leitura e da escrita sob a ótica dos processos cognitivos a fim de compreender esses mecanismos (leitura e escrita) como fonte do saber linguístico.

Poersch (2001), ao analisar os processos cognitivos presentes na leitura e na escrita, aponta que o aprendizado e o uso da escrita e da leitura pressupõem alteração de sinapses neuroniais, ele explica que se de um lado tem-se a construção de correspondências entre dados gráficos e sua sonorização (recodificação), de outro lado processa-se a correspondência entre as expressões sonoras e seu respectivo conteúdo (decodificação).

A apropriação do saber linguístico se realiza, conforme Poersch (2001), através de respostas fornecidas a três tipos de estímulos: os *estímulos externos primários* que correspondem aos dados que o aprendiz coleta da comunidade linguística na qual se insere; os *estímulos externos secundários* que correspondem

aos dados sobre a língua, dados obtidos a partir de fontes secundárias orais ou gráficas, sob a forma de metalinguagem; os *estímulos internos* que provêm do processamento interneuronal e constituem as unidades intermediárias.

As respostas que se obtêm através dessas três fontes de estímulos constituem o conhecimento prévio enciclopédico no geral e o conhecimento linguístico em particular, uma vez obtido esse conhecimento, ele é armazenado, sofre constante processamento e, quando ativado por estímulos, estará disponível.

Como mencionado acima, para Poersch (2001) aprender é alterar sinapses neuronais. Ele argumenta que os neurônios apresentam uma estrutura triádica: o *corpo celular* (núcleo), o *axônio* que é o meio pelo qual um neurônio se comunica com outros neurônios e os *dendritos* que são ramificações de corpo celular e funcionam como receptores da informação providas de outros neurônios, sendo assim, o ponto de encontro de um neurônio e um dendrito é denominado *sinapse*. O cérebro altera a sinapse para adquirir conhecimento novo, a aprendizagem reforça a sinapse e provoca reajuste nas redes neuronais existentes.

Todo dado de entrada constitui um estímulo. Se esse dado encontrar uma resposta – isto é, um caminho interneuronal previamente marcado, dizemos que houve uma ativação, uma recordação; isso não constitui aprendizagem, não constitui conhecimento novo. Se não for encontrado um caminho marcado, será necessário que esse dado (novo) seja integrado a algum conhecimento existente. Para isso, é preciso traçar um novo caminho, estabelecer uma nova conexão interneuronal. Adquirimos conhecimento, aprendemos (POERSCH, 2001.p. 405).

Sendo assim, a leitura consiste na configuração cerebral de um conteúdo a partir de um texto, o processo de compreensão insere-se na relação pensamento/linguagem. Tanto a leitura quanto a escrita são revestidas por essa relação, a escrita acontece do pensamento ao texto, enquanto a leitura se dar do texto ao pensamento.

Partindo desse pressuposto, pode-se explicar que a construção do sentido se processa da seguinte maneira: O texto fornece dados, se esses dados encontrar caminho para outro dado já armazenado, esse dado armazenado é ativado, já existe conhecimento prévio; se o dado não encontrar caminho previamente traçado ele precisa integrar-se a algum dado armazenado, essa integração consiste em

estabelecer uma nova conexão, isso significa aprender, esse novo conhecimento passa a constituir conhecimento prévio para a compreensão do resto do texto.

Essas proposições levam a afirmar que ler é compreender e que compreender é recordar e aprender. O conhecimento linguístico armazenado na forma escrita está disponível via leitura, é nesse sentido que se considera que a leitura constitui fonte de saber linguístico.

Corroborando com as ideias de Poersch (2001) e, ao mesmo tempo, inserindo pressupostos sociocognitivos aos estudos da leitura e da escrita, Fujita (2015) esclarece que o leitor deve ser considerado, individualmente, em abordagem cognitiva pelo processamento de informação que realiza durante a leitura, contudo, para uma análise eficiente do assunto, o leitor deve se situar dentro de um contexto sociocultural e a partir daí observar o conhecimento individual na perspectiva histórica, cultural e social.

A semelhança entre esses dois autores aparece mais gritante quando Fujita escreve que:

O conhecimento prévio é uma condição mental de todo leitor e da qual nem sempre ele tem consciência, ou melhor, não tem conhecimento do seu próprio conhecimento. Mas, nem sempre precisamos saber do nosso próprio conhecimento, pois essa metacognição, ou o conhecimento sobre o conhecimento, poderá ser revelada em situações necessárias, tal como na leitura, em que acionamos estratégia para monitorar a compreensão do significado do texto que lemos (FUJITA, 2015. p.4).

Fujita (2015), assim como Poersch (2001), consideram que o leitor realiza processos cognitivos para compreender e interpretar o conteúdo de um texto, dentro do que é denominado “nosso conhecimento” existe tudo que se consegue compreender e representar durante toda vida. Dessa forma, o processo de leitura necessita de condições específicas para o seu desenvolvimento, como o conhecimento prévio e estratégias construídas e aprendidas durante toda a vida do leitor.

Percebe-se essa mesma ideia nos escritos de Koch e Cunha-Lima (2005) quando as autoras escrevem que

os limites entre os conhecimentos apenas linguísticos e os conhecimentos de mundo em geral não se encontram facilmente delimitados. A atividade de interpretação de texto obviamente ultrapassa, e muito, a imanência do código: para que ela se construa, se faz necessária a mobilização e transformação de vários tipos de conhecimentos (KOCH e CUNHA-LIMA, 2005. p.296).

Para compreender e interpretar um texto, o leitor realiza um processo cognitivo que se dá através da associação de significados com as diferentes linguagens: a linguagem do texto, a do conhecimento prévio e a do contexto, esta última adotando uma vertente mais sociocognitiva. Essas três linguagens são responsáveis pela composição do sentido do texto.

A leitura é realizada pela interação entre três componentes, leitor, texto e contexto. É um processo interativo porque se realiza a partir do relacionamento entre os três componentes e deverá variar de acordo com o grau de relação entre eles. Os componentes, então, durante o processo interativo, tornam-se variáveis e, quanto mais interligados estiverem durante a leitura, melhor será o nível de compreensão.

É interessante apontar que a abordagem cognitiva conceitua os *espaços mentais (EMs)* como estruturas cognitivas que fazem referência aos conhecimentos compartilhados entre os interlocutores em um determinado ponto do discurso, dessa forma a interpretação de um texto acontece quando há conhecimentos compartilhados entre o leitor e autor do texto.

Fujita (2015) chama a atenção sobre o contexto enquanto um dos componentes variáveis da leitura, e explica que “o contexto constitui a terceira variável do modelo de compreensão e engloba todas as condições nas quais se encontra o leitor (como as suas estruturas e processos)” quando entra em contato com o texto (FUJITA, 2015. p. 6). Esse contexto se difere do contexto sociocognitivo que é compreendido como a interação entre contextos parcialmente semelhantes entre leitor e escritor, de modo que o conhecimento possa ser compartilhado.

A abordagem sociocognitiva toma o texto como objeto de representação, o ponto básico das suas análises se situa no pressuposto de que o processo de conhecimento individual é socialmente condicionado e, nesse sentido, é preciso ter o estudo do contexto sociocultural como integrante do processo de sentido do texto.

Dessa maneira, é relevante ressaltar que a interação entre o individual e o meio social no momento da escrita e da leitura de um texto acontece por meio de

dois aspectos: o escritor/leitor é um processamento intelectual que depende da cognição; e o domínio do contexto físico e sociocognitivo é necessário para que o escritor/leitor realize a identificação e compreensão do sentido.

4.2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ENSINO DE LÍNGUAS A PARTIR DOS ESTUDOS COGNITIVISTAS E SOCIOCOGNITIVISTAS

O ensino de línguas no geral, e de língua portuguesa em particular, aos falantes nativos da língua, não pode ser efetivado como um mero repasse de conteúdos pelo professor a fim de serem apreendidos pelos estudantes. O objeto de estudo dessa disciplina, diferente de muitas outras, não é algo que é evocado e usado apenas durante as aulas de português, muito pelo contrário, desde os primeiros anos de vida os seres humanos começam a desenvolver a faculdade cognitiva da linguagem e, conseqüentemente, desenvolvem competências comunicativas, ou seja, desde cedo as pessoas já dominam o uso da língua.

Ainda hoje, muitas das práticas metodológicas que imperam nas aulas de português têm a língua como um sistema virtual, abstrato, apartado das influências das condições interacionais. Oliveira e Wilson (2010), ao escreverem sobre *Linguística e Ensino*, advertem que o professor assume, dessa forma, uma concepção *formalista* da linguagem e de acordo com essa perspectiva “não importa à análise *quem, como, quando* ou *para que* (se) faz uso da língua, uma vez que o que está no foco da atenção é tão somente a própria estrutura da linguística”, separada das interferências comunicativas de produção e recepção (OLIVEIRA e WILSON 2010. p.23).

Para esses autores, essa concepção de ensino chamada de “estudos tradicionais”, incluindo os gramaticais, é uma concepção antiga e de forte prestígio que esteve e ainda está muito presente na formação dos docentes de letras. Oliveira e Wilson (2010) apontam que, entre as práticas envolvidas na sala de aula sob a luz da concepção formalista e/ou tradicional está as noções de certo e de errado, as tarefas de análise linguística que ficam apenas no âmbito da palavra, do sintagma ou da oração, a atividade da interpretação do texto com o exercício da procura do verdadeiro sentido ou do que autor quer dizer. Esse tipo de ensino considera a linguagem como uma entidade capaz de encerrar e veicular sentidos por e em si mesma e de expressar o pensamento.

Contestando as ideias dos estudos tradicionais, as teorias contemporâneas sobre o ensino de línguas, que defendem a visão do fenômeno linguístico como produto e processo da interação humana e como uma atividade sociocultural, têm ampliado o aparato teórico sobre linguagem fornecendo ao professor novas maneiras de abordar o seu objeto de ensino na sala de aula.

A partir da ideia de que a transformação da natureza realizada pelo homem cria a cultura e, nesse processo, o homem se constitui como sujeito, Butturi (2008), baseado nos estudos vygotskyanos, explica que a linguagem permite um controle do pensamento na medida em que o signo linguístico opera saltos qualitativos no interior do sujeito, já que o signo participa da estrutura histórico-social, o salto qualitativo se dá pela *internalização* socialmente realizada de operações pelas quais os processos interpessoais se tornam intrapessoais.

Dessa forma, os estudos sobre a linguagem em sala de aula, bem como da linguagem materializada em textos orais e escritos, devem visar à compreensão da relação entre o discurso produzido e seu autor/locutor, pois, a partir da identificação dos processos socialmente presentes no texto, se torna possível compreender a estrutura histórico-social que rodeava o locutor no momento da construção textual.

Contraopondo os estudos tradicionais, nos quais se considera a linguagem como expressão do pensamento, os novos estudos advertem que não há vínculo primário entre pensamento e linguagem já que são um produto e não uma premissa da formação do homem.

Corroborando com esse ponto de vista, Tânia Brisanti Ferreira (2009), em um artigo que trata da sociocognição e os processos de construção de sentido, diz que a linguagem não é tomada como um dado ou representação de esquemas mentais ou de estruturas socioculturais, mas como um acontecimento que envolve processos discursivos, cognitivos e gramaticais. E acrescenta ainda que a linguagem deve ser vista como o local onde a exterioridade (o cultural, o social e o histórico) se relaciona com os processos internos (nossos esquemas mentais) construindo discursiva e intersubjetivamente versões públicas do mundo.

A abordagem cognitivista explica que a *projeção*, um dos processos cognitivos que se refere à linguagem humana, ocorre na interação discursiva e pode ser mudado à medida que esta interação progride, o que torna possível

compreender a língua como um mecanismo que não carrega o sentido, mas guia o sentido visto que as palavras não estabelecem, mas mediam do sentido.

O professor de línguas deve compreender que os textos resultam de um trabalho intersubjetivo, sendo o lugar de interação e constituição de interlocutores, comportando em si versões de realidade construídas na atividade discursiva. Sendo assim, o seu estudo envolve uma conscientização da importância de se adquirir e produzir conhecimentos, não apenas sobre formas e competências especificamente linguísticas, mas “são igualmente necessários conhecimentos cognitivos e sociais envolvidos na organização, produção, compreensão e funcionamento dos textos”, bem como seu papel na consolidação de formas de crenças e ordenação social (FERREIRA, 2009, p. 8).

O sociocognitivismo afirma que a língua só pode ser compreendida quando vista em funcionamento e na interação, esse estudo linguístico defende a ideia de que só assim são perceptíveis as várias formas de se fazer referência ao contexto e à situação, as formas pelas quais os falantes assinalam como pretendem que suas palavras sejam avaliadas e como elas marcam o tipo de relacionamento que mantêm com o que está sendo dito e com o interlocutor.

Butturi (2011) dialoga com Ferreira (2009) no que se refere ao mundo da escrita, para ele as ações com a linguagem escrita estão sempre incluídas num meio ambiente específico, agindo sobre ele e o influenciando, no mesmo movimento em que são influenciados pela rede em que estão. Dessa forma, há necessidade de se pensar ações com linguagem escrita de maneira situada, sendo que cada evento de letramento estará ancorado numa prática social de letramento que extrapola os limites imediatos e está inscrita numa materialidade histórica e social.

Nessa perspectiva Oliveira e Wilson (2010) advertem que o tipo de abordagem metodológica que daria conta de trabalhar a linguagem de maneira situada é aquela que entende “os diversos usos linguísticos como contextos reveladores da pluralidade e diversidade de lugares sociais ocupados pelos membros de uma comunidade” (OLIVEIRA e WILSON, 2010, p. 238). As aulas de português devem voltar-se para a observação e análise de distintos e específicos usos linguísticos relacionando esses usos com fatores sociais que cercam os grupos que assim se expressam.

O fracasso da escola no processo de formação de leitores-escretores diz respeito à ação feita pela escola de selecionar práticas específicas e apenas estas são legitimadas como práticas de letramento. É preciso ampliar o escopo de letramento entendendo que este não deve ocorrer apenas verticalizado, como também que as práticas locais e cotidianas são fontes de cultura (BUTTURI, 2011, p. 15).

Hoje em dia a boa prática em educação exige que os facilitadores expandam aquilo que os aprendizes trazem para a sala de aula, ouvindo e não apenas transmitindo [...] Da mesma maneira, a boa prática política exige que os desenvolvedores escutem de onde as pessoas vêm, expandindo os pontos fortes locais, sem simplesmente imaginar que fosse possível trabalhar sem eles (STREET, 2003, p. 12 apud BUTTURI, 2011, p. 15).

Se a escola não permite que se cumpram suas mais esperançosas promessas de revolução, estaria reservada à elevação de outras práticas menos valorizadas socialmente. Pensando assim é importante refletir sobre os sentidos construídos intersubjetivamente, pela própria humanização que esse conhecimento pressupõe, esses conhecimentos transcendem a sala de aula, uma vez que são constitutivos do próprio ser e, por conseguinte, do próprio mundo.

Ferreira (2009, p.9) adverte que a ideia sobre o que é interpretar um texto está ligada diretamente à concepção de linguagem de que parte o professor, se a linguagem se reduz à condição de código a interpretação de um texto seria, exclusivamente, uma questão de decodificação, sem a necessidade de recorrer aos chamados elementos extratextuais. Pois, conforme Koch e Cunha-Lima (2005), o sentido das palavras e de textos não pode ser apreendido numa atividade de cálculo com regras rígidas previamente estabelecidas, visto que esse sentido é necessariamente situado histórica e socialmente é de fundamental importância que o professor incentive a interpretação textual levando em conta o seu processo de construção e as marcas do contexto em que está situado o locutor.

Já que, na concepção cognitiva, existem os *processos de significação*, e segundo esse conceito, não há significados prontos, estes precisam de dados contextuais para se caracterizar, os cognitivistas já explicavam que o sentido não

constitui uma propriedade intrínseca da linguagem, mas o resultado de uma ação conjunta.

O mais indicado seria procurar traçar o entendimento de que texto e leitor dialogam na construção da realidade, na sua interpretação. E entender que os processos de construção de sentidos e de organização do real, se dão de maneira semelhante, a partir do trabalho conjunto de sujeitos que, inscritos em contextos específicos, constroem âncoras discursivas. Mas vale frisar que, para haver um entendimento dessa parte, é necessário que o professor estimule o aluno para a prática de uma análise mais profunda do texto já que, como nenhum texto é completamente explícito, muitas informações são apenas sugeridas e/ou apontadas no texto e devem ser mobilizadas pelo leitor a fim de exercer uma compreensão global do texto.

É necessário constituir nos estudantes uma aptidão própria para uma reflexão sobre os textos lidos e também sobre o seu próprio discurso. Para que eles possam observar nesses textos as representações mentais que fazem parte da sua memória, assim como da memória dos demais indivíduos, bem como dos conhecimentos que circulam socialmente os quais participam de maneira ativa da construção e circulação de estereótipos.

Vale acrescentar que, qualquer uma das atividades linguísticas é marcada por características tipicamente ideológicas, visto que as atividades internalizadas serão, por excelência, socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas.

Dessa forma, ao propor o estudo de um texto, podem-se pensar questões relacionadas à mídia e as construções de realidade que trazem no discurso, sendo assim, os mecanismos didáticos que partem dos conhecimentos prévios dos discentes para a construção do sentido, assim como questões de gênero e sexualidade e as representações sociais, poderiam ser pensadas a partir da quebra de valores preconceituosos e etnocêntricas.

Os estudos cognitivos e sociocognitivos têm muito a contribuir na formação dos professores, bem como na conscientização do deslocamento de seu papel, que deixa de ser aquele que dita o que está certo ou errado e passa a ser o intermediário da experiência com o uso linguístico. Não se trata de desprestígio da tarefa docente, mas na mudança da “centração” do grau da ação docente, que passa a recair no

conjunto dos elementos envolvidos na atividade interacional, da qual faz parte o professor como um interlocutor mais experiente.

Visto que os esses estudos apresentam pesquisas recentes e, no que se trata do sociocognitivismo, elas ainda estão começando, se faz necessário que o professor, visto como um leitor e produtor de saberes, esteja estudando e pesquisando a fim de atualizar-se nas novas pesquisas que envolvem seu trabalho, a fim de optar por visões de língua/linguagem e, com o intuito de desenvolver práticas de ensino transformadoras, esteja a par das novas teorias e metodologias muitas delas produzidas de acordo com os avanços científicos.

5 CONCLUSÃO

As atividades cognitivas, em geral, acontecem em contextos reais de uso, essa é a explicação apropriada ao processo cognitivo presente na atividade linguística, sendo assim, ao analisar os processos cognitivos presentes na leitura e escrita, se faz necessário apontar que o aprendizado e o uso da escrita e da leitura pressupõem alteração de sinapses neuronais.

Além disso, o leitor precisa ser considerado, em abordagem cognitiva, e individualmente, pelo processamento de informação que realiza durante a leitura, porém para uma análise eficiente do texto, o leitor deve se situar dentro de um contexto sociocultural e a partir daí observar o conhecimento individual na perspectiva histórica, cultural e social, devendo também ser tratado dentro de uma abordagem sociocognitiva.

Visto que os textos resultam de um trabalho intersubjetivo, sendo o lugar de interação e constituição de versões da realidade dos interlocutores, o seu estudo envolve uma conscientização da importância de se adquirir e produzir conhecimentos não apenas sobre formas e competências linguísticas e gramaticais, pois são também necessários e importantes conhecimentos cognitivos e sociais envolvidos na organização, produção, compreensão e funcionamento dos textos.

A abordagem sociocognitivismo defende que a língua só pode ser compreendida quando vista em funcionamento e na interação. Dessa forma, há necessidade de se pensar ações com linguagem escrita de maneira situada, sendo que cada evento de letramento estará ancorado numa prática social de letramento que extrapola os limites imediatos e está inscrita numa materialidade histórica e social.

Partindo desse pressuposto, é notável que a leitura e escrita de textos assim como o seu ensino aprendizagem devem considerar os processos cognitivos e sociocognitivos que estão intrinsecamente formando a base discursiva presente nesses textos, uma vez que a linguagem é o lugar onde a exterioridade composta pelo o cultural, o social e o histórico, se relaciona com os processos internos que são nossos esquemas mentais, essa relação resulta na construção discursiva e intersubjetivamente de versões públicas do mundo.

Diante do estudo levantado pode-se perceber que a linguagem é uma atividade sociocultural vista que se torna o produto e o processo de interação humana, as manifestações linguísticas se expressam em contextos que revelam a pluralidade e diversidade de lugares sociais ocupados pelos membros de uma comunidade.

Para isso as aulas de português devem voltar-se para a observação dos diferentes usos e manifestações linguísticas e propor uma análise desses usos com os fatores sociais que cercam os grupos responsáveis por tais manifestações, sejam por gírias ou marcas dialetais. Esse tipo de fazer docente torna-se uma efetiva possibilidade de superar o tratamento estigmatizado dos usos linguísticos, pois propõe e considera que todas as expressões linguísticas têm suas motivações e legitimações justificadas no âmbito social.

Vale resaltar que todas as manifestações linguísticas são formas genuínas de expressão da língua portuguesa, elas se adéquam e convêm de acordo com a inserção social, para tanto os pressupostos metodológicos das aulas de português devem estar veiculados às situações reais de comunicação, considerando as relações entre linguagem, cognição e meio social.

O trabalho com o cognitivismo e o sociocognitivismo relacionado à leitura e escrita é de grande importância para a área da linguística. A relevância social deste estudo está no aporte com mais um material para quem tem interesse de entender melhor sobre cognição e linguagem, e principalmente sobre os fenômenos cognitivos e sociocognitivos envolvidos nos processos de leitura e escrita de textos. Assim, a monografia apresentada contribui, com sua parcela, para o quadro de pesquisa da Universidade.

REFERÊNCIAS

BUTTURI, Atilio. O letramento e o sociocognitivismo: elementos para uma teoria da resistência. In.: **Revista de Letras**, 14., Paraná, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/2335/1471>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

CHOMSKY, Noam. **Reflexões sobre a linguagem**. Tradução Mário Leite Fernandes. São Paulo: JSN Editora, 2009.

COUTINHO, Maria Tereza da cunha e MOREIRA, Márcia. **Psicologia de educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos**. Editora Lê Ltda, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2001.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In:_____ **Manual de linguística**. Mário Eduardo Martelotta(org.). São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, Tânia Brisanti. Sociocognição: uma abordagem relevante para a compreensão dos processos de construção de sentido. In: XVII SEMANA DE HUMANIDADES. 17., 2009, Rio grande do Norte. **Anais eletrônicos...** Rio grande do Norte: UFRN, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT13/13.3.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Abordagem cognitiva e sócio-cognitiva da leitura documentária na formação inicial do indexador: análise da perspectiva individual em contexto sócio-cognitivo. In: VII Encontro ENANCIB, 7., 2015. **Anais eletrônicos...** ANICIB, 2015. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiencib/paper/viewFile/2434/1565>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

KOCH, Ingedore Villaça e CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In:_____ **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes, organizadoras. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTELOTTA, Mário Eduardo e PALOMANES, Roza. Linguística Cognitiva In:_____ **Manual de linguística**. Mário Eduardo Martelotta(org.). São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. WILSON, Victoria. Linguística e ensino. In:_____ **Manual de linguística**. Mário Eduardo Martelotta(org.). São Paulo: Contexto, 2010.

PINKER, Steven. **O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem**. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

POERSCH, José Marcelino. A leitura como fonte de saber linguístico: processos cognitivos. *In*:_____ **Letras de Hoje**. Porto Alegre. v. 36, p. 401-407, 2001.

SPERANÇA-CRISCUOLO, Ana Carolina. **Funcionalismo e cognitivismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2014. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/sxg7f>>. Acesso em: 20 fev. 2018.